

## **As festas do tempo da escravidão em Santa Catarina: lembranças e aspirações em torno da devoção a Nossa Senhora do Rosário**

JAIME JOSÉ DOS SANTOS SILVA\*

A categoria festa como objeto de análise não pode ser interpretada por um único viés: aquele que a coloca como espaço de diversão ou lazer. Com certeza ela é isto, mas não somente, pois, quando apenas olhamos este conceito dentro de si mesmo – a festa pela festa – corremos o risco de deslocá-la de seu contexto. Sendo assim, é preciso ligar o momento da festa ao cotidiano de suas relações sociais, como um produto de ação coletiva bastante significativa para seus participantes (GUARINELLO, 1999:969-972). Esta definição geral pode ser utilizada para pensarmos infinitas manifestações festivas, que vão desde concertos musicais, passando pelas festas de comemorações cívicas até chegarmos às de cunho religioso, entre outras. Apesar de distintas, todas estas manifestações possuem um trabalho social e cultural específico, produto de uma coletividade que reflete os anseios e as expressões da sociedade sobre si. Tentar desvendar suas definições é um convite para nos depararmos com nossos valores e com nossa visão de mundo, pois o que pode ser uma festa para uns, pode não ser para outros. De acordo com Norberto Luiz Guarinello nenhuma festa é desprovida de sentido e elas não surgem do nada, “elas são laboriosamente e materialmente preparadas, custeadas, planejadas, montadas, segundo regras peculiares a cada uma e por atividades efetuadas no interior da própria vida cotidiana, da qual são necessariamente o produto e a expressão ativa” (1999: 971).

Dito isto, o presente artigo almeja refletir sobre as festas afro-brasileiras em Santa Catarina. O foco deste trabalho será as manifestações festivas denominadas de Cacumbi (também conhecidas como Quicumbi, Catumbi ou Ticumbi), que homenageavam Nossa Senhora do Rosário. Eram festas que envolviam danças, músicas, cantos, devoção e coroações de reis, e geralmente aconteciam no período do Natal e Ano Novo, sua apresentação assemelha-se a outras danças dramáticas brasileiras, como as congadas, por exemplo. Estas eram manifestações festivas que nem sempre foram vistas com bons olhos por certos setores da sociedade, mas, em diferentes contextos e

---

\*Mestrando do Curso de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Santa Catarina (PPGH/UFSC), integrante da Linha Trabalho, Sociedade e Cultura, bolsista CAPES.

locais aqueles que organizavam as danças e as festas em homenagem aos seus santos de devoção tentaram buscar caminhos para elas pudessem ocorrer, da maneira como estavam acostumados e da forma como agradava os devotos.

Na primeira metade do século XX o Cacumbi em Santa Catarina era realizado pelos egressos do cativo e seus descendentes nos municípios da orla litorânea do Estado, principalmente na região onde hoje se localiza a Grande Florianópolis e em alguns municípios adjacentes. Os estudos dos folcloristas e memorialistas catarinenses, Doralécio Soares, Oswaldo Rodrigues Cabral, Walter Piazza<sup>1</sup> e da pesquisadora Clélia Bayer, dentre outros, conferem a presença da dança. Essas análises representam atualmente uma das principais referências sobre o assunto em Santa Catarina e permanecem ligadas a uma perspectiva histórica linear e progressista, visões muito criticadas na historiografia recente do país, por apresentarem interpretações estáticas e deslocadas de seu contexto. Quase nada se avançou nos estudos dessas práticas culturais no Estado e as raras citações<sup>2</sup> apenas repetem antigas descrições realizadas pelos intelectuais da primeira formação da Comissão Catarinense de Folclore<sup>3</sup>, cujos trabalhos ficaram centrados principalmente em catalogar e descrever essas práticas, acreditando que elas estavam correndo o risco de serem consumidas pelo progresso, modernização e urbanização presentes no contexto da primeira metade do século XX.

---

<sup>1</sup> É complicado definir uma única função para esses intelectuais catarinenses. No decorrer de suas vidas assumiram várias atribuições em diferentes associações culturais, era um período em que as fronteiras de atuação não estavam muito consolidadas. Ao mesmo tempo exerciam várias atividades: historiadores, sociólogos, cronistas, jornalistas, folcloristas etc, seus trabalhos estavam mais próximos ao perfil dos *homens de letras*. Ver: GONÇALVES, Janice. *Defender o patrimônio: a atuação dos folcloristas catarinenses entre 1948 e 1958*. Patrimônio e Memória. São Paulo: UNESP, v.8, n.2, 2012, p.12.

<sup>2</sup>Ver: ALVES, Maria Jucélia; LIMA, Rose Mery de; ALBUQUERQUE, Cleide (Orgs.). *Cacumbi: um aspecto da cultura negra em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1990. FARIAS, Vilson Francisco de. *Dos Açores ao Brasil Meridional: uma viagem no tempo, 500 anos litoral Catarinense*. Florianópolis: Ed. do autor, 2000, p.362. QUINT, Ivete Ouriques; GULARTE, Marisa; LOPES, Marize Amorim. *Danças folclóricas da Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1990.

<sup>3</sup>A Comissão Catarinense de Folclore foi criada em 1948, seu primeiro presidente foi Oswaldo Rodrigues Cabral. Inicialmente foi denominada de “Subcomissão Estadual”, estando vinculada, juntamente com as de outros estados, à Comissão Nacional de Folclore, fundada no final de 1947. A atuação desses intelectuais estava voltada para a ênfase nos aspectos folclóricos, colocando em relevo as manifestações do *povo* ou dos grupos *populares*, para assim estabelecer um panorama da diversidade dos elementos culturais brasileiros. Ver: GONÇALVES, Janice. *Defender o patrimônio: a atuação dos folcloristas catarinenses entre 1948 e 1958*. Patrimônio e Memória. São Paulo: UNESP, v.8, n.2, 2012, p. 5.

Essas interpretações atualmente pouco ajudam a pensar questões como, por exemplo, o protagonismo negro em Santa Catarina e dificulta perceber a organização e realização dessas festas como espaços onde foram elaborados e reelaborados antigos laços de sociabilidades depois do fim da escravidão no Brasil. Desta forma, é preciso entender estas festas sob outros ângulos e colocá-las em diálogo com o contexto da escravidão e da pós-abolição brasileira. Ao fazer um balanço da produção historiográfica sobre o período posterior a abolição em Santa Catarina, Petrônio Domingues sugere que é preciso “colocar em xeque os paradigmas antigos, redimensionando as interpretações cristalizadas, dilatando as possibilidades de investigação, propondo novos problemas e repensando o debate” (2011: 130).

Neste sentido, penso que um dos caminhos seja o de estabelecer uma possibilidade de investigação ligada a perspectiva historiográfica dos estudos da escravidão e da pós-abolição no Brasil, que pelo menos nos últimos trinta anos vêm se ocupando em evidenciar as ações dos povos africanos e de seus descendentes nas Américas e também identificar de que forma as ações de sociabilidades durante a escravidão serviram de *caminhos* para as famílias de descendentes dos escravizados depois do fim do cativeiro no Brasil (LARA, 1995:51-55). Seguindo assim, uma linha de análise contrária a antigos estudos que permearam a historiografia sobre a escravidão brasileira, que colocavam os negros como ingênuos e passivos frente às suas condições de submissão.

Durante um longo período, pelo menos até final da década de 1970, as linhas de pesquisas que tratavam sobre a escravidão e a que se dedicava aos estudos sobre os trabalhadores livres no século XX seguiram seus caminhos sem estabelecer uma comunicação acadêmica, fazendo com que o período após a abolição fosse apresentado como um momento de *transição e ruptura*, colocando o 13 de maio de 1888 como um marco que representou *uma virada de página* na história, em que de uma hora para outra todos os escravizados e seus descendentes cederam lugar aos estudos sobre as formas e rearranjos do trabalho, *misturando* os egressos do cativeiro e seus descendentes à massa de trabalhadores livres (CHALHOUB; SILVA, 2009:45).

A historiografia catarinense também se ocupou, durante muito tempo, em tratar a presença escrava dos africanos e seus descendentes em Santa Catarina como pouco significativa com base na interpretação da pequena proporção numérica desses indivíduos na região se comparada com as regiões de *plantation* voltadas para a exportação (CARDOSO; IANNI, 1960:125)<sup>4</sup>. Este fato marcou uma invisibilidade da população cativa – principalmente africana e liberta – na historiografia e na própria auto-imagem do Estado (LEITE, 1996:41). Acompanhando as transformações no debate historiográfico não apenas do Brasil, mas também de outros países do contexto da diáspora africana, nos últimos anos alguns autores têm se preocupado em apontar as diversas experiências e vivências dos africanos e seus descendentes em Santa Catarina, especialmente na Ilha de Santa Catarina, nas freguesias do interior e na capital, Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis). Envolvendo inúmeros temas, tais como trabalho, vínculos parentais estabelecidos por escravos e libertos, organização de suas festas, formas de vivências dentro da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, fugas e formação de quilombos – só para citar alguns – abriu-se um cenário plural da vida e do cotidiano dos escravos e seus descendentes (africanos e libertos), de forma a continuar a desconstruir e superar essa análise pautada na invisibilidade, mas especialmente identificar as características e as especificidades da escravidão em relação a outras partes do Brasil e do Atlântico (MAMIGONIAN; VIDAL, 2013).

Estas produções recentes sobre a escravidão em Santa Catarina nos auxiliaram para o melhor entendimento sobre a instituição da escravidão no Estado, principalmente durante o século XIX. Compostos por uma gama de trabalhos que apontam um cotidiano plural na relação dos povos africanos e seus descendentes com a sociedade catarinense, estas novas interpretações jogam uma nova luz ao período após a abolição da escravidão em Santa Catarina: se é certo afirmar a presença e suas diferentes formas de vivência com a sociedade catarinense no século XIX. É preciso saber agora como essas relações se estenderam em Santa Catarina após a abolição da escravatura no Brasil.

---

<sup>4</sup> Essas análises são decorrentes das perspectivas teóricas realizadas no Brasil na década de 1960, sobretudo as realizadas pela Escola Paulista de Sociologia. Florianópolis foi objeto de estudo desta escola.

Hebe Maria Mattos e Ana Lugão Rios, ao abordarem sobre os novos caminhos para os estudos da pós-abolição brasileira lembram que o diferencial marcante nesses estudos se refere à busca dos projetos dos libertos, suas visões do que seriam liberdade, os significados deste conceito para a população que iria finalmente vivenciá-la. Para as historiadoras, refletir a pós-abolição como um problema histórico é inverter aquela visão do *silêncio*, em queo negro escravo desaparece dos estudos historiográficos sobre a “*transição*” e mostrar até que ponto este projeto agiu sobre as expectativas dos últimos escravos e libertos, “e de que maneira interagiam com as atitudes e opções adotadas por eles após o fim da escravidão” (2004:173-175).

Nesse sentido, pensar no tema  *festa* (em especial as que eram realizadas pela comunidade negra) *napós-abolição*<sup>5</sup> pode ser uma *fresta*(CUNHA, 2002: 12) para “espiarmos” de quais maneiras as antigas manifestações festivas dos escravos e libertos continuaram servindo de referências comunitárias e de criação de laços de sociabilidades para os egressos do cativeiro e seus descendentes. Seguindo essas observações, a intenção deste artigo é propor investigar as festas em louvor a Nossa Senhora do Rosário, percebendo como as vivências passadas poderiam retornar em forma de lembranças, memórias e aspirações para os participantes dessas festas no limiar do século XX. Duas fontes se articulam para esta tarefa, estas mais próximas ao contexto do fim da escravidão em Santa Catarina: uma matéria do Jornal O Independente, de janeiro de 1888<sup>6</sup>, sobre o *Ano Novo dos escravos e libertos da Vila de Tijucas*, e também um abaixo-assinado dos “*homens de cor*” de Tijucas<sup>7</sup>, pedindo o direito de realizar a festa e coroação em homenagem a Nossa Senhora do Rosário, em 1912. Recorrendo a estas fontes, o trabalho busca identificar algumas formas de sociabilidade (neste caso na festa em devoção a Nossa Senhora do Rosário) que continuava presente e servia de referências sociais e de identidade cultural para seus

---

<sup>5</sup>Especialmente a partir da reflexão de duas recentes obras: FILHO, Walter Fraga. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006. GOMES, Flávio dos Santos; CUNHA, Olívia Maria Gomes da. *Quase-cidadão: histórias e antropologia da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. 452p.

<sup>6</sup> Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. *Jornal o Independente*. Ano II, nº25, seção: Gazetilha, 10 de janeiro de 1888.

<sup>7</sup> Arquivo da Arquidiocese de Florianópolis. *Paróquia de São Sebastião I (1900-1939)*. 16 de outubro de 1912.

participantes, em meio aos limites e imprevisibilidades da sociedade no período da abolição e da pós-abolição.

A historiografia brasileira atualmente vem ressaltando que depois da abolição houve grandes preocupações em relação ao controle dos espaços públicos utilizados pelos negros (FRAGA FILHO: 2006:350). Porém, essas atitudes não eram casos exclusivos da pós-abolição, os movimentos das danças, o barulho dos tambores sempre foi conhecido pela sociedade brasileira e os negros não começaram a dançar depois da liberdade. As festas de maneira geral sempre guardam significados e representações dos grupos que a realizam, no caso das festas realizadas pelos escravos e depois pela última geração de libertos e seus descendentes, trazem aspectos que se tentou silenciar, seja o Estado ou a Igreja. Em diversas regiões brasileiras as festas realizadas pelas comunidades negras mudaram e até se extinguíram, mas enquanto realizada sempre mantiveram seu caráter de devoção, resistência, reafirmação do espaço e de portadores de histórias e identidades próprias (ABREU, 1994:183-203)<sup>8</sup>.

Ao questionar alguns estudos que situavam as coroações de reis negros e seus personagens como secundários e incapazes de exercer ou possuir poder algum, no qual a festa significava o triunfo da religião e costumes europeus sobre as manifestações de matriz africana, Elisabeth Kiddy (2002:191) argumenta que este fato cai por terra ao percebermos a disseminação dessas práticas e a importância de seu ritual. A historiadora explica que é preciso inserir os homens e mulheres que realizavam essas celebrações como indivíduos conscientes, portadores de histórias e identidades próprias, que influenciou na direção de uma consciência afro-brasileira, sem rejeitar as tradições africanas em favor das europeias. Marina de Mello e Souza também tem se preocupado com essas questões, procurando entender as festas como uma forma cultural que tem sua origem no período colonial, ela conclui que ao mesmo tempo em que as festas de coroações de reis negros incorporavam padrões lusitanos e valores católicos, reforçava

---

<sup>8</sup> Ver também: REIS, João José. *Batuques negros: repressão e permissão na Bahia oitocentista*. p. 348-349. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Irís (org.). *op. cit.* 1999; REIS, João José. *Identidade e diversidade étnicas nas Irmandades negras no tempo da escravidão*. Tempo, vol. 2, nº3, 1996, p.07-33; REIS, João José. *Tambores e t(r)emores: a festa negra na Bahia na primeira metade do século XIX*. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org). *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas: Editora da Unicamp, CECULT, 2001, p.108.



os laços com a África natal. Esta ligação, fruto das relações no contexto da diáspora africana, criou uma identidade que sempre foi compartilhada pelos membros da sociedade, sendo passada de geração a geração. Ainda que, mudando ao longo do tempo, a autora demonstra que essas manifestações chegaram até o século XX sempre mantendo o seu caráter de devoção e características próprias para os dias de festa (SOUZA, 2002: 181).

Principalmente após a segunda metade do século XVII, as eleições de reis e rainhas aconteciam no interior das irmandades religiosas e foram amplamente disseminadas na América portuguesa. Onde quer que os africanos tenham sofrido os impactos da escravidão, de Goa a Macau, até Cuiabá, no extremo oeste, houve a presença das eleições de reis e rainhas. No Brasil assumiram diferentes denominações dependendo da região: *congadas*, *congós*, *cucumbis*, *cacumbis*, *maracatus*, etc; em muitos lugares ocorre até hoje. Foram principalmente nas irmandades de “homens pretos”<sup>9</sup> que foi introduzido no Brasil o que João José Reis (1991:66) e outros autores chamam de “catolicismo barroco”. De cunho popular, esse catolicismo se caracterizava por manifestações religiosas grandiosas e rituais de muita pompa, cerimônias caracterizadas por músicas com instrumentos próprios e outros de origem europeia, teatralização e danças, que tinham como características a velocidade dos passos e a independência dos membros superiores e inferiores.

No período da escravidão no Brasil essas festas eram comumente celebradas na época do Natal e do Ano Novo em homenagem aos oragos de devoção, os principais eram: Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. As posições de rei e rainha representavam prestígio e liderança dentro da instituição, e as pessoas coroadas no dia da festa geralmente eram respeitadas dentro da irmandade. A coroação era

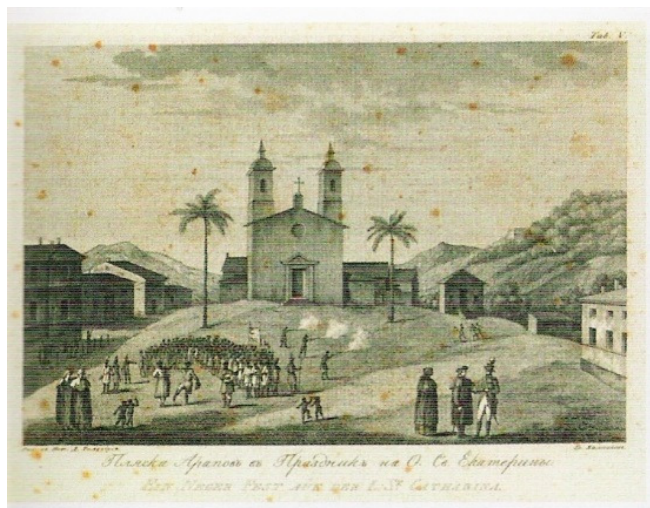
---

<sup>9</sup> Assim eram referidas as irmandades religiosas dos escravos e libertos no período colonial e imperial no Brasil. Essas irmandades apresentavam funções semelhantes: seus membros garantiam enterros dignos e com pompa aos irmãos falecidos, organizavam apoio para os irmãos necessitados e também a compra de carta de alforria para os membros escravos. Uma confraria só existia quando encontrava uma igreja que a acolhesse ou quando construía seu próprio templo, e tinha que ter também o seu próprio compromisso aprovado pelas autoridades eclesiásticas. Os compromissos estabeleciam as formas de administrar e orientavam sobre qual deveria ser os critérios para o ingresso dos irmãos, além disso estabelecia o dia da festa em homenagem ao santo de devoção. Ver: REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.49

acompanhada, com muito barulho, pelas ruas das cidades e se tornava elemento central de devoção, um momento em que escravos e libertos recriavam, através das danças e representações, aspectos de suas histórias e elaboravam rituais que reafirmavam características de sua comunidade. Para os africanos e seus descendentes, a festa era um momento de afirmar que eram portadores de cultura e histórias próprias; para os senhores e autoridades coloniais, trazia a segurança de que escravos e libertos estavam praticando o cristianismo, ainda que, muitas vezes, com danças e instrumentos característicos de culturas de origem africana (SOUZA, 1999:258-259).

Pelos relatos dos viajantes estrangeiros, que passaram pelo Brasil no período colonial e imperial, é possível saber que em muitas comunidades, a cada ano, eram realizadas as festas de coroação de reis negros, juntamente com sua corte desempenhavam papéis durante a realização das festas em homenagem aos seus santos padroeiros dentro das irmandades negras. Em Santa Catarina não foi diferente. Especialmente por Desterro é que passaram também os viajantes estrangeiros, uma delas foi a expedição russa, que aportou em Nossa Senhora do Desterro em 23 de dezembro de 1803 com dois navios: o “Nadeshda” (Esperança) – comandado pelo capitão Adam Johann Von Krusenstern – e o “Neva” – comandado pelo capitão Urey Lisiansky. Nos navios estavam também os naturalistas Georg Heinrich Von Langsdorff e Wilhelm Gottlieb von Tilesius (HARO, 1996:132). Na ocasião os viajantes descreveram aspectos dessas festas, narrando os cortejos pelas ruas das cidades, presenciando uma série de atos rituais e danças, numa cena comum pelas ruas e no interior da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário.





**Figura 1. Uma festa negra na Ilha de Santa Catarina (1803), Tilesius<sup>10</sup>**

Esta é, talvez, o único registro iconográfico que representa uma festa de coroação de reis negros em Desterro no século XIX, o naturalista Tilesius a intitulou: “Uma festa negra na Ilha de Santa Catarina”. Trata-se de uma representação de uma festa realizada no Largo da Matriz de Nossa Senhora do Desterro no final do ano de 1803. Elementar nessa imagem é o grande grupo de africanos e pessoas de ascendência africana: o cortejo é aberto por um homem e uma mulher de mãos dadas, ao lado deles um homem os acompanha com violão, logo atrás aparecem na primeira fileira mais alguns músicos e ao lado um homem empunha um bastão tipo um cetro, no meio do cortejo há um objeto que sugere ser um estandarte (bandeira), as crianças rodeiam a cena como se estivessem brincando. Uma cena comum nas representações das festas de coroações de reis negros. Após a independência do Brasil, estas práticas passaram a ser menos toleradas pelo poder público local, o próprio compromisso da Irmandade do Rosário e também as posturas municipais proibiram a prática de coroar reis e rainhas com muito barulho pelas ruas da cidade. Mesmo proibida por lei, a documentação pública da Câmara Municipal de Desterro registra o acontecimento desses festejos até pelo menos

<sup>10</sup>Fonte: KRUSENSTERN, Adamm J. Von. *Atlas sur Reise um die Wealtunernammeau Befehl Seiner Kaiserlichem Majestar Alexander der Ernfenauf de Comanmado*. Acervo particular de Ilmar Corrêa Neto. Reproduzida em: CORRÊA, Carlos Humberto. *História de Florianópolis – Ilustrada*. Florianópolis: Insular, 2005, 3ª ed. Ver também: SILVA, Jaime José S. *Sons que ecoavam no passado: as festas de origem africana em Desterro na primeira metade do século XIX*. Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Monografia de Conclusão de Curso, 2009, p. 27.

a metade da década de 1840, em ocasiões de divergências entre as autoridades municipais, no que diz respeito ao permitir ou proibir a realização dessas práticas. Havia inclusive caso de batuques, mais afastados das tradições católicas (SILVA, J. 2009:45-47).

Apesar de reprimidas ou quase extintas na Ilha de Santa Catarina no decorrer da segunda metade do século XIX, é possível perceber que em Santa Catarina muitas tradições do “tempo da escravidão” foram mantidas e ganharam novos significados durante a primeira metade do século XX, sendo possível perceber a realização da prática das coroações em devoção a Nossa Senhora do Rosário pelas comunidades negras de alguns municípios da orla litorânea de Santa Catarina, como Tijucas, São José, Biguaçu, Penha, Piçarras e Araquari (SOARES, 2002:34), em festas cujas danças eram denominadas Cacumbi, Catumbi, Quicumbi ou Ticumbi.

Poucos meses antes da abolição da escravidão no Brasil, o jornal *O Independente*, de Tijucas, publicou uma matéria, no dia 10 de janeiro de 1888, sobre o *Ano Novo dos escravos e libertos da Vila de Tijucas*. A julgar pelo tom irônico, a utilização dos termos e o modo como descreve os acontecimentos festivos daquele dia, parece que uma parte da opinião pública do lugar não era muito complacente com tais práticas:

Entramos no ano bissexto de 1888. A bulha infernal e algazarra com que a plebe cá da terra atroou os ouvidos dos cidadãos pacíficos, girando pulando e berrando noites inteiras (...). Após a plebe e também alguns manatas tomarem seu pifão mui regularmente ridículo. O nosso amigo redator Padre Cruz esteve durante este tempo em São João de onde partiu para o Moura a fazer a festa dos pretinhos que ali concorreram um número talvez uns 200 entre cativos e libertos. Todos os senhores deram 3 dias de folga a seus escravos, menos um velhote caturra, José Vicente, que negou esta graça a dois pobres pretos que possui, obrigando-os ao trabalho no sábado de Reis e proibindo-lhes a folia com os demais no próprio dia santificado. Os infelizes cativos ao verem passar os companheiros de bandeira içadas; o verem o rufo do tambor; o foguetório e a algazarra ou cantoria da festa, choravam como crianças por não poderem fazer parte de tão alegre festejo. Continue meu velho que há de ganhar muito com sua caturrice<sup>11</sup>.

O tom burlesco da matéria, não nos permite saber ao certo qual festa estava sendo realizada na localidade do Moura<sup>12</sup>. Mas, a julgar pela data: Ano Novo ou um

<sup>11</sup> Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. Jornal *O Independente*. Ano II, nº25, seção: Gazetilha, 10 de janeiro de 1888.

<sup>12</sup> Distante cerca de 20 quilômetros do centro de Tijucas, localizado atualmente no município de Canelinha.

“*dia santificado*”, tudo indica que aquele volumoso grupo de escravos e libertos (apontados pelo jornal com cerca de 200 pessoas) estavam usufruindo de seus raros dias de folga para celebrarem a sua maneira suas tradições católicas, podendo estar inserido nesse dia a realização da dança do cacumbi, com cortejos e utilizações de instrumentos próprios para o dia da festa.

O desprestígio do jornal em relação às festas dos escravos e libertos parece seguir os argumentos das novas correntes ideológicas presente no pensamento social brasileiro no final do século XIX. Era um pensamento que tinha como pano de fundo ideal positivistas de progresso, civilização e degeneração racial, e que se tornou crescente ao longo da primeira metade do século XX, colocando aquelas práticas como uma ameaça a nação. Porém, casos de pouca aceitação ou perseguição às manifestações festivas dos negros não foram exclusividades do período da abolição e pós-abolição da escravatura. Em diferentes momentos ao longo da história da escravidão no Brasil os escravos e libertos tentaram negociar o direito de realizar suas festas<sup>13</sup>. Mesmo em posições desiguais, muitas vezes conseguiam encontrar brechas para terem suas festas aceitas pelas autoridades locais, mesmo quando não agradava a opinião pública.

Ao que tudo indica seus descendentes seguiram negociando o direito de realizar suas festas depois da abolição da escravatura. Podemos evidenciar um fragmento de negociações em Santa Catarina por meio de um episódio que ocorreu na cidade de Tijucas no dia 16 de outubro de 1912. Neste dia foi enviado para o encarregado da diocese de Florianópolis, Dom João Becker, um abaixo-assinado contendo vinte e cinco assinaturas dos “*homens de cor*” reivindicando uma licença para a festa e coroação em homenagem a Nossa Senhora do Rosário

(...)em nome da totalidade dos homens de cor desta Paróquia, vem respeitosamente representar: Que era de praxe antiga nesta Paróquia encarregarem-se de festejar anualmente Nossa Senhora sob a invocação do Rosário, cuja celebridade constava além dos atos religiosos internos na Matriz, também da subida da bandeira ao toque de alguns instrumentos de corda acompanhada de cânticos religiosos, bem como da coroação do festeiro a quem dão o título tradicional de “Imperador”.

---

<sup>13</sup>Ver: REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. ABREU, Martha. *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999.

Sucedeu porém, que há dez anos mais ou menos por ordem da autoridade Diocesana, foram essas formalidades suspensas, sendo só permitido as do culto interno, o que desgostou a maioria dos interessados e deu em resultado o abandono completo da devoção. Chegou porém, agora ao conhecimento dos abaixo assinados que foi concedido um caso idêntico a outra Paróquia a permissão para continuar essa formalidade como d'antes o que assim sendo, inspirou aos signatários o sortimento de dirigirem-se submissamente esperando deferimento favorável de Vossa Excelência Reverendo<sup>14</sup>.

Queria-se não apenas o direito de realizar o culto interno na igreja, mas também aquele que ocorria nas ruas, com cantos, danças, instrumentos musicais, acompanhados da subida da bandeira (provavelmente com a imagem de Nossa Senhora do Rosário) e a coroação do *Imperador* da festa. Mesmo sem o documento mencionar, essas são referências próximas à coroação de reis negros, comumente conhecida como dança do Cacumbi, e ao que tudo indica fazia mais de dez anos que não era realizada, devido à proibição das autoridades eclesiásticas.

No documento percebemos ainda, a importância da festa para seus participantes, em que aproveitam a concessão do direito dado à outra paróquia como uma chance de realizar suas festas, na maneira como estavam acostumados e da maneira que despertava maiores interesses nos participantes. Nas entrelinhas deste documento, vemos quem sabe a dança do Cacumbi sendo executada, pelo menos, nos anseios, nas memórias e nas aspirações daqueles que promoveram o abaixo-assinado.

Um dos que assinaram chamava-se Ismael Caetano Dutra, e encabeçava a lista de assinaturas. Segundo alguns memorialistas de Tijucas (CAMPOS; ABDALA, 2005: 41), viveu na cidade, um barbeiro, “*homem de corcom fumaças de granfino[sic], e estatura mediana, (...) depois da libertação dos escravos, era quem comandava o cacumbi*”, seu nome era Ismael Dutra, segundo os pesquisadores, um nome presente nas memórias dos filhos e netos dos descendentes dos escravizados de Tijucas. Será que se trata do mesmo Ismael que junto com seus outros vinte e quatro companheiros reivindicava a permissão de festejarem a dança do Cacumbi? Dentro dos limites historiográficos, por enquanto, podemos imaginar que sim, e provavelmente, naquele

---

<sup>14</sup>Arquivo da Arquidiocese de Florianópolis. *Paróquia de São Sebastião I (1900-1939)*. 16 de outubro de 1912.

momento, Ismael e seus amigos conseguiram o direito a realização da dança do Cacumbi. Pois, durante a década de 1940 a festa do Cacumbi ainda acontecia em Tijucas.



Figura 2. A dança do Cacumbi na cidade de Tijucas, década de 1940<sup>15</sup>

Nesta época a festa era organizada por Joana da Conceição Costa, a “Preta Paula” (BARENTIN, 2006:21-22)<sup>16</sup>, grande líder comunitária e religiosa da cidade. A festa teve seu fim em 1944 – após quase meio século de existência – por determinação do Padre Augusto Zucco, que proibiu a entrada do cortejo nas Igrejas da cidade, alegando segundo Clélia Bayer, que o *Cacumbi nada tinha a ver com religião* (BAYER, 1996:38), a partir desta data não se dançou mais o Cacumbi no município. No dia 6 de outubro de 1961, foi fundado o Clube 13 de Maio em Tijucas, no bairro da Joáia, no mesmo local onde se localizava o “Salão dos negros de tijucas”, onde acontecia a dança do Cacumbi, e de onde partia o cortejo até chegar à Igreja Matriz do centro da cidade (BARENTIN, 2002:202). Estabelecer o clube recreativo onde antes se realizava a dança do Cacumbi demonstra a importância social daquele lugar como um ponto de identidade social e cultural entre os frequentadores do clube, moradores da cidade.

Torna-se importante perceber esses espaços como locais onde foram elaborados e reelaborados laços de sociabilidade, no qual vivências passadas poderiam retornar em forma de lembranças e memórias para os participantes e seus descendentes no decorrer da primeira metade do século XX e posteriormente na construção do Clube 13 de Maio,

<sup>15</sup> Fonte: Memorial da Cultura Negra, Clube 13 de Maio de Tijucas.

<sup>16</sup> Segundo o pesquisador tijuquense Leopoldo Barentin, acredita-se que “Preta Paula” nasceu por volta de 1870 e faleceu em 21 de agosto de 1951, filha de Joana da Conceição Costa e Francisco da Costa. Durante toda a sua vida trabalhou como doceira, vendendo seus doces em Tijucas e nas cidades vizinhas.



local que se transformou num dos pontos de promoção de grandes bailes de carnaval no decorrer da década de 1960 em Tijucas (BARENTIN,2006:39-40).

Estes são aspectos de união e lembrança, no qual as festas em louvor a Nossa Senhora do Rosário (denominada em Santa Catarina de Cacumbi ou Quicumbi) podem ser percebidas como uma espécie de “elo” entre o mundo do cativo e o da liberdade, em que antigas práticas de sociabilidade ainda serviam de *caminho* para que muitas famílias descendentes dos escravizados pudessem manter e reestruturar laços sociais e comunitários no início do século XX em Santa Catarina.

Permite também problematizar a existência dessas festas e perceber as relações cotidianas aspirações, tensões e estratégias para a organização dos festejos e para a vivência da liberdade. Pois nessas manifestações festivas estava inserido o direito de venerarem os santos católicos, a sua maneira, algo que, como vimos, acontecia desde os tempos da escravidão.

### Imagens:

**1 – Uma festa negra na Ilha de Santa Catarina (1803), Tilesius.** KRUSENSTERN, Adamm J. von. *Atlas sur Reise um die Welt unternommen auf Befehl Seiner Kaiserlichen Majestat Alexander der Erste auf de Comanmodo.* Acervo particular de Ilmar Corrêa Neto. Reproduzida em CORRÊA, Carlos Humberto. *História de Florianópolis – Ilustrada.* Florianópolis: Insular, 2005, 3ª ed. p, 125.

**2 – A dança do Cacumbi na cidade de Tijucas, década de 1940.** Memorial da Cultura Negra, Clube 13 de Maio de Tijucas.

### Fontes:

1. Arquidiocese de Florianópolis:

Arquivo da Arquidiocese de Florianópolis. *Paróquia de São Sebastião I (1900-1939).*

2. Biblioteca Municipal de Tijucas:

BAYER, Clélia C. *O fantástico cacumbi.* In: CAMPOS, Ademar. *Nosso folclore.* Tijucas: Secretária Municipal de Educação e Cultura – Jornal do Povo e Centro Cultural Harry Laus, 1996.

3. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina:

*O Independente.* 10 de janeiro de 1888. Nº25.



**Bibliografia:**

ABREU, Martha. *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999, 408 p.

\_\_\_\_\_. "Festas religiosas no Rio de Janeiro: perspectivas de controle e tolerância no século XIX." *Estudos Históricos*, vol.7, 1994, p.183-203.

ALVES, Maria Jucélia; LIMA, Rose Mery de; ALBUQUERQUE, Cleide (Orgs.). *Cacumbi: um aspecto da cultura negra em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1990, 78 p.

BARENTIN, Leopoldo. *O sonho de Paula: retalhos da cultura afro de Tijuca*. Blumenau: Editora Nova Letra, 2006, 84 p.

\_\_\_\_\_. *Timbé: suas raízes, sua história, sua gente, dos primórdios da Tijuca ao século XXI*. Blumenau: Odorizzi, 2002, 204 p.

CAMPOS, Ademar; ABDALA, Nacir. *Tijuca: folclore, literatura e religiosidade*. Tijuca: 2005, (CD-ROM).

CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octavio. *Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional*. São Paulo: Ed. Nacional, 1960. 286p.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. "Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980". *Cadernos do AEL (Campinas)* 14, 2009, p.11-50.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Apresentação*. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. 1ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, CECULT, 2001, p.11-39.

DOMINGUES, Petrônio. "Um desejo infinito de vencer": o protagonismo negro no pós-abolição. *Topoi*, v.12, n.23, jul.-dez. 2011, 118-139 p.

FARIAS, Vilson Francisco de. *Dos Açores ao Brasil Meridional: uma viagem no tempo, 500 anos litoral Catarinense*. Florianópolis: Ed. do autor, 2000, 506 p.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, 365 p.

GOMES, Flávio dos Santos; CUNHA, Olívia Maria Gomes da. *Quase-cidadão: histórias e antropologia da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. 452p.

GUARINELLO, Norberto Luiz. *Festa, trabalho e cotidiano*. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Irís (org.). *Festa: Cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Edusp / Imprensa Oficial. Vol. II, p.969-972.

GONÇALVES, Janice. *Defender o patrimônio: a atuação dos folcloristas catarinenses entre 1948 e 1958*. Patrimônio e Memória. São Paulo: UNESP, v.8, n.2, 2012, 22 p.

HARO, Martim Afonso Palma de (org.). *Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. Florianópolis: Editora da UFSC/Editora Lunardi, 1996, 4ª Ed. 338 p.

JANCSÓ, István; KANTOR, Iris. *Falando de festas*. In: \_\_\_\_\_ (orgs.). *Festa: Cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2001, vol.01, Coleção Estante USP – Brasil 500 anos, v.3.

KIDDY, Elizabeth W. *Progresso e religiosidade: irmandades do Rosário em Minas Gerais, 1889-1960*. Rio de Janeiro: Revista Tempo, nº12, dez. 2001, 93-112 p.

\_\_\_\_\_. *Quem é o rei do Congo? Um novo olhar sobre os reis africanos e afro-brasileiros no Brasil*. p.191 In: HEYWOOD, Linda M. (org.). *Diáspora negra no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. 165-191 p.

LARA, Silvia Hunold. *Blowin' in the Wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil*. In: Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduação em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, 1995, p. 43-56.

LEITE, Ilka Boaventura (org). *Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

MAMIGONIAN, Beatriz G; VIDAL, Joseane Zimmermann. *História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013, 282 p.

QUINT, Ivete Ouriques; GULARTE, Marisa; LOPES, Marize Amorim. *Danças folclóricas da Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1990. 90 p.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, 357 p.

\_\_\_\_\_. *Identidade e diversidade étnicas nas Irmandades negras no tempo da escravidão*. Tempo, vol. 2, nº3, 1996, p.07-33.

\_\_\_\_\_. *Tambores e t(r)emores: a festa negra na Bahia na primeira metade do século XIX*. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org). *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas: Editora da Unicamp, CECULT, 2001.

\_\_\_\_\_. *Batuques negros: repressão e permissão na Bahia oitocentista*. p. 348-349. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Irís (org.). *op. cit.* 1999.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, 154 p.

RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe Maria. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, 301 p.

\_\_\_\_\_. *O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas*. Topoi, v.5, n.8, jan.-jun. 2004, p.173-175.

SILVA, Jaime José S. *Sons que ecoavam no passado: as festas de origem africana em Desterro na primeira metade do século XIX*. Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Monografia de Conclusão de Curso, 2009, 76 p.

SOARES, Doralécio. *Folclore catarinense*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002, 224 p.

\_\_\_\_\_. *Cacumbi – dança afro-brasileira no folclore catarinense*. Boletim da Comissão Catarinense de Folclore. Florianópolis, Governo do Estado de Santa Catarina, n. 45-46, 1993/1994, p. 11-17.

SOUZA, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de rei congo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. 387p.

\_\_\_\_\_. *História, mito e identidade nas festas de reis negros no Brasil – século XVII e XIX*. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Irís (org.). *Festa: Cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, vol.01, Coleção Estante USP – Brasil 500 anos, 2001.

TINHORÃO, José Ramos. *O Rasga: uma dança negro-portuguesa*. São Paulo: Editora 34, 2006, 96 p.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.